

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISA E INOVAÇÃO INDUSTRIAL - EMBRAPPII

CNPJ/MF 18.234.613/0001-59

BALANÇOS PATRIMONIAIS em 31 de dezembro de 2021 e 2020 - (Em Reais)

Ativo circulante	Notas	2021	2020
Caixas e equivalentes de caixa	5	13.759.428	15.405.287
Caixa restrito	5	410.892.693	402.212.268
Adiantamentos a outras entidades e terceiros	6	1.029.628	423.468
Impostos a recuperar		9.255	9.254
Total do ativo circulante		425.691.004	418.050.277
Imobilizado	7	1.103.797	854.560
Total do ativo não circulante		1.103.797	854.560

Passivo circulante	Nota	2021	2020
Obrigações sociais e trabalhistas	9	497.826	421.983
Provisões trabalhistas	10	1.174.949	1.024.546
Obrigações tributárias	11	495.567	446.496
Provisões tributárias	12	5.119.714	4.568.857
Subvenções a realizar	8	419.476.553	412.101.027
Outros passivos		30.192	341.928
Total do passivo circulante		426.794.801	418.904.837

Patrimônio social	-	-	-
Superávit do exercício	-	-	-
Total do patrimônio líquido	-	-	-
Total do passivo e patrimônio líquido		426.794.801	418.904.837

Total do ativo 426.794.801 418.904.837

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 - (Em Reais)

	Nota explicativa	2021	2020
Receita operacional		20.609.108	16.579.780
Receita do custeio administrativo	16	20.609.108	16.579.780
Despesas operacionais		(20.609.108)	(16.579.780)
Pessoal	15.1	(12.621.746)	(10.399.271)
Administrativas	15.2	(5.668.451)	(5.227.194)
Tributárias	15.3	(2.076.200)	(750.301)
Depreciação/Amortização	15.4	(242.711)	(203.014)
Superávit/(Déficit) do exercício		-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 - (Em Reais)

	2021	2020
Superávit/(Déficit) do exercício	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do superávit/(déficit) abrangente do exercício	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 - (Em Reais)

	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit/(Déficit) do exercício	-	-
Ajustes para reconciliar superávit e déficit do exercício		
Depreciação e amortização	242.711	203.014
Aumento da provisão fiscal referente a COFINS	550.856	498.301
	793.567	701.315

Variação nos ativos e passivos:

(Aumento) Redução em Adiantamentos a outras entidades e terceiros	(391.160)	(101.594)
(Aumento) Redução nas obrigações tributárias	49.071	53.500
(Aumento) Redução nos depósitos em garantia (Redução) Aumento em outros passivos	(215.000)	-
	(311.736)	300.274
(Redução) Aumento em obrigações trabalhistas e tributárias	75.842	50.397
(Redução) Aumento em provisões trabalhistas	150.403	216.713
(Redução) Aumento em Subvenções a realizar	7.375.526	169.283.425
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	7.526.513	170.504.030

Fluxo de caixa das atividades de investimentos

Adições de ativo imobilizado	(491.947)	(343.166)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(491.947)	(343.166)

Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos

	-	-
Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa	7.034.566	170.160.864

Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício 417.617.555 247.456.691

Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício 424.652.121 417.617.555

Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa 7.034.566 170.160.864

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 - (Em Reais)

	Superávit acumulado	Superávit/(Déficit) do exercício	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	-	-	-
Superávit/(déficit) do exercício	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	-	-	-
Superávit/(déficit) do exercício	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	-	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

utilizando os recursos repassados não reembolsáveis (fundo perdido). Desse modo, a obrigação de *performance* da Entidade é de planejar/coordenar/acompanhar para que os recursos sejam repassados às Unidades credenciadas, sendo a responsabilidade primária sobre a entrega dos projetos totalmente da contraparte que recebe os recursos. A Entidade foi constituída na sua essência para operar como interveniente na execução dos projetos por meio de empresas públicas e privadas para as entidades que irão desenvolver pesquisas e inovações. Assim, os recursos aportados na Entidade não se constituem como uma receita ou doação e não foram, ou não são considerados como patrimônio da Entidade. Conforme contrato de gestão firmado entre a EMBRAPPII, Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações (MCTI), Ministério da Educação (MEC) e Ministério da Saúde (MS) a Entidade poderá utilizar até o limite de 20% para gastos com pessoal, e não há limitação para gastos com custeio administrativo das operações. As Unidades EMBRAPPII fazem parte da estrutura de execução de projetos de pesquisas científicas e tecnológicas, entretanto a Entidade não detém o controle e a governança dessas entidades. Nesse contexto, a EMBRAPPII se caracteriza como interveniente na execução dos projetos. Após análises das disposições contidas no CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes, ficou evidente que a natureza das transações de repasses efetuados pela EMBRAPPII às Unidades não é uma obrigação de *performance* para fornecer os próprios bens ou serviços específicos. O objetivo da EMBRAPPII é o de planejar/coordenar/acompanhar para que esses bens ou serviços sejam fornecidos por outra parte, nesse contexto, a EMBRAPPII se configura como uma entidade "Agente" e não uma entidade "Principal". A totalidade dos serviços especificados a serem fornecidos para outras entidades está contida no Contrato de Gestão, e não foram identificados casos em que a EMPRAPPII pudesse se configurar como entidade "Principal". Os recursos ficam sobre a titularidade da EMBRAPPII enquanto não repassados às Unidades; todavia, assim que estiverem satisfeitas certas condições, a titularidade desses recursos é transferida a outras entidades. Consequentemente, as subvenções previstas e já recebidas são controladas em contas patrimoniais, incluindo os rendimentos financeiros dos recursos que se encontram em aplicações financeiras, por terem a finalidade de aplicações a projetos, e as receitas e despesas representam somente os custos operacionais da Entidade. A receita operacional auferida refere-se exatamente ao reembolso dos custos de pessoal e administrativo e, portanto, a Entidade não tem resultado positivo ou negativo em suas transações e não auferiu outras receitas. Diante das características específicas da EMBRAPPII, a escrituração contábil da EMBRAPPII foi elaborada no pressuposto de entidade "Agente".

3.2 Benefícios de curto prazo a empregados Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados, são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado, caso a Entidade tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

3.3 Receitas financeiras A Entidade possui receitas financeiras oriundas de suas aplicações financeiras. Todas as receitas financeiras são reconhecidas em contrapartida do passivo de Recursos vinculados por estarem comprometidas com a finalidade de aplicação em projetos. Ver item 8.

3.4 Imobilizado (i) Reconhecimento e mensuração Itens do imobilizado são mensurados pelo seu custo histórico ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

(ii) Custos subsequentes Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Entidade.

(iii) Depreciação A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear, por meio de taxas que refletem a vida útil dos bens. A depreciação é reconhecida no resultado.

3.5 Instrumentos financeiros (i) Reconhecimento e mensuração inicial Todos os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

(ii) Classificação e mensuração subsequente Ativos financeiros

Reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Entidade mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais. • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Entidade avalia o objetivo do modelo de negócio no qual o ativo/passivo financeiro está inserido e, para isso, considera as seguintes premissas: (I) as políticas e objetivos para o ativo financeiro que, no caso da EMBRAPPII, têm como foco a obtenção de receitas contratuais fundamentalmente das aplicações financeiras; (II) manutenção de um determinado perfil de taxa de juros; e (III) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócio e a maneira como são gerenciados. Desta forma, a EMBRAPPII possui apenas Ativos e Passivos Financeiros mensurados ao custo amortizado, pois tem como modelo de negócio que seus recursos são mantidos para suprimento de caixa com a finalidade de recebimento e pagamento de principal e juros. Passivos financeiros Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento Ativos financeiros A Entidade desreconhece um ativo financeiro quando: • os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expirarem; ou • transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que: • substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou • A Entidade nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Entidade realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. *Passivos financeiros* A Entidade desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Entidade também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Entidade tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) Compensação Os ativos financeiros são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no passivo por serem obrigações com PD&I.

(vi) Redução ao valor recuperável Entidade reconhece provisão para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. Em cada data de balanço, a Entidade avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo

financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • Dificuldades financeiras significativas do devedor • Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias • Probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira • Desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. • A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. *Ativos não financeiros* Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não houve indicativos de perda por redução ao valor recuperável de ativos.

3.6 Apuração do resultado As Unidades e EMBRAPPII fazem parte da estrutura de execução de projetos de pesquisas científicas e tecnológicas, entretanto a EMBRAPPII não detém o controle e a governança dessas Unidades; nesse contexto, a EMBRAPPII caracteriza-se como interveniente na execução dos projetos. Consequentemente, os recursos previstos e já recebidos são controlados em contas patrimoniais, incluindo os rendimentos financeiros dos recursos que se encontram em aplicações financeiras, e as receitas representam somente o reembolso dos custos operacionais da Entidade.

(i) Receitas operacionais (receita do custeio administrativo) As receitas operacionais referem-se ao reembolso dos custos com pessoal, administrativos, tributárias e depreciação/amortização e são reconhecidas quando ocorrem os custos.

3.7 Caixa e equivalentes de caixa Compreende o saldo de contas bancárias aplicações financeiras de liquidez imediata em títulos prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. O caixa restrito compreende o saldo e contas bancárias e aplicação financeiras de liquidez imediata, prontamente conversível em montante de caixa, estando sujeito a um risco insignificante de mudança de valor e que possui a finalidade de suprir repasses a Unidades EMBRAPPII no fomento a PD&I.

3.8 Provisões As provisões são reconhecidas quando: (i) a Entidade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com segurança. Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

4 Instrumentos financeiros 4.1 Classificação contábil e valores justos A tabela a seguir apresenta os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados a valor justo e se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

Instrumento financeiro	Classificação	2021	2020
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	13.759.428	15.405.287
Caixa restrito	Custo amortizado	410.892.693	402.212.268
Adiantamentos a outras entidades e terceiros			
	Custo amortizado	814.628	423.468
Total		425.466.749	418.041.023
Passivos financeiros			
Obrigações sociais e trabalhistas	Custo amortizado	497.826	421.983
Obrigações tributárias	Custo amortizado	495.567	446.496
Outros passivos	Custo amortizado	30.192	341.928
Subvenções a realizar	Custo amortizado	419.476.553	412.101.027
Total		420.500.137	413.311.434

4.2 Gestão de risco A Entidade poderá estar exposta, em virtude de suas atividades, aos seguintes riscos financeiros: • Risco de liquidez • Risco de taxa de juros • Risco de crédito. **Risco de liquidez** O risco de liquidez consiste na eventualidade de a Entidade não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função dos diferentes prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. Para o acompanhamento e a gestão do fluxo de caixa pela área Financeira o orçamento é projetado anualmente e permite ações preventivas para a análise dessa modalidade de risco na Entidade. **Risco de taxa de juros** O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes na flutuação da moeda e taxa de juros. Essa exposição está relevantemente associada às taxas pactuadas com instituições financeiras das aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme apresentadas na Nota Explicativa nº 5. O entendimento da Administração é de que o risco de taxa de juros está substancialmente mitigado considerando a aplicação em produtos de renda fixa com taxas atreladas à variação do CDI, com insignificante margem de alteração. Segue a análise de sensibilidade da Entidade:

Aplicações financeiras	Cenários projetados para dezembro de 2022			
	Saldo em 31.12.2021	Cenário provável	Varição de 25%	Varição de 50%
<i>Risco de queda do CDI</i>				
Valor do principal	415.146.407 (*)	415.146.407	415.146.407	415.146.407
Taxa média de 98% do CDI	4,29%	3,22%	2,15%	2,15%
Valor das aplicações indexadas	432.966.151	428.511.215	424.056.279	
Impacto nas aplicações financeiras	17.819.744	13.364.808	8.909.872	
<i>Risco de alta do CDI</i>				
Valor do principal	415.146.407 (*)	415.146.407	415.146.407	415.146.407
Taxa média de 98% do CDI	4,29%	5,37%	6,44%	
Valor das aplicações indexadas	432.966.151	437.421.087	441.876.023	
Impacto nas aplicações financeiras	17.819.744	22.274.680	26.729.617	

(*) Não inclui os saldos constantes em conta-corrente. Está sendo considerada a Taxa CDI acumulada, no valor de 4,38% aa (fonte Banco Central do Brasil) referente ao exercício 2021.

Aplicações financeiras	Cenários projetados para dezembro de 2021			
	Saldo contábil em 31.12.2020	Cenário provável	Varição de 25%	Varição de 50%
<i>Risco de queda do CDI</i>				
Valor do principal	417.613.869 (*)	417.613.869	417.613.869	417.613.869
Taxa média de 98% do CDI	2,70%	2,02%	1,35%	
Valor das aplicações indexadas	428.868.563	426.054.889	423.241.216	
Impacto nas aplicações financeiras	11.254.694	8.441.020	5.627.347	
<i>Risco de alta do CDI</i>				
Valor do principal	417.613.869 (*)	417.613.869	417.613.869	417.613.869
Taxa média de 98% do CDI	2,70%	3,37%	4,04%	
Valor das aplicações indexadas	428.868.563	431.682.236	434.495.910	
Impacto nas aplicações financeiras	11.254.694	14.068.367	16.882.041	

(*) Não inclui os saldos constantes em conta-corrente. **Risco de crédito** O risco de crédito decorre da possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo devedor ou pela contraparte de suas obrigações financeiras nos termos pactuados. Essa exposição está relevantemente associada às aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme Nota Explicativa nº 5. O entendimento da Administração é de que o risco de crédito está substancialmente mitigado com relação a aplicações financeiras, pois os recursos estão todos aplicados em instituições financeiras controladas pela União, em aplicações com risco baixo.

5 Caixa e equivalentes de caixa e caixa restrito

	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	2.931	1.019
Banco conta movimento	13.756.498	15.404.268
Aplicação financeira (i)	13.759.428	15.405.287
Subtotal	27.548.857	31.819.574
Caixa restrito	2021	2020
Banco conta movimento - Recursos restritos	9.502.784	2.667
Aplicação financeira - Recursos restritos (i)	401.389.909	402.209.601
Total	410.892.693	402.212.268

01 de 02

1 Contexto operacional 1.1 Informações gerais A Associação Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial ("EMBRAPPII" ou "Entidade"), segundo seu Estatuto Social, de 06 de novembro de 2020, em seus artigos 1º, 2º, 3º e parágrafos, é uma pessoa jurídica de direito privado, constituída na forma de associação civil, sem fins lucrativos, com sede e foro em Brasília, Distrito Federal, e de duração indeterminada, nos termos dos artigos 53 a 61, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Sua finalidade é promover e incentivar a realização de projetos empresariais de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) voltados para setores industriais em áreas determinadas pelo Conselho de Administração, por meio de cooperação a ser firmada com instituições de pesquisa tecnológica (art. 4º do Estatuto). Constituem, ainda, como objetivos da EMBRAPPII: (a) Fomentar o desenvolvimento tecnológico de novos produtos, processos ou soluções empresariais, contribuindo para a construção de ambiente de negócios favoráveis à inovação. (b) Articular e estimular a cooperação entre empresas e instituições de pesquisa tecnológica, nos termos do Regimento Interno da EMBRAPPII. (c) Financiar projetos de PD&I, com ênfase em projetos que incluam a fase pré-competitiva, em áreas ou temas definidos pela EMBRAPPII, em parceria com empresas e instituições de pesquisa tecnológica pré-selecionadas, compartilhando o risco da inovação tecnológica. (d) Contribuir para o desenvolvimento das Unidades de Inovação dos Institutos Federais. (e) Contribuir para o treinamento tecnológico de recursos humanos para a indústria, em áreas ou temas selecionados. (f) Difundir informações, experiências e projetos à sociedade. (g) Prestar serviços relacionados às áreas de atividades que constituem o seu objeto. **1.2 Aspectos fiscais Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)** A EMBRAPPII, por força de isenção legal, consubstanciada no art.15 da Lei nº 9.532/97, alterada pela MP nº 2.158-35, de 2001, e posteriores, não está sujeita aos encargos tributários relacionados ao IRPJ e à CSLL. **Programas de Integração Social (PIS)** De acordo com o art. 2º, da Lei nº 9.715/1998, e art. 13, da Medida Provisória nº 2.158-35/2001, a contribuição para o PIS é determinada na base de 1% sobre a folha de salários do mês, por determinadas entidades sem finalidade de lucro, que inclui as características da EMBRAPPII. Entende-se por folha de salários mensal o total dos rendimentos do trabalho assalariado de qualquer natureza, tais como salários, gratificações, comissões, adicional de função, ajuda de custo, aviso prévio trabalhado, adicional de férias, quinquênio, adicional noturno, hora extra, 13º salário e repouso semanal remunerado. Não integram a base de cálculo: o salário-família, o aviso prévio indenizado, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) pago diretamente ao empregado na rescisão contratual, a indenização por dispensa, desde que dentro dos limites legais. Nesse contexto, a EMBRAPPII recolhe o PIS sobre a folha

02 de 02

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISA E INOVAÇÃO INDUSTRIAL - EMBRAPPII

CNPJ/MF 18.234.613/0001-59

(i) Os saldos, aqui apresentados, referem-se a valores brutos, sendo devido o Imposto de Renda Retido na Fonte quando do resgate. Abaixo, apresentamos uma composição dos recursos vinculados: • Atendidas as disposições determinadas na Lei nº 9.532 de 1997, art. 15, 3º, na Lei nº 9.637, de 1998, o superávit apurado pela EMBRAPPII foi destinado, em sua totalidade, para a conta de Subvenções a realizar. Sendo assim, o valor de R\$ 410.892.693 demonstrado na conta de "Recursos vinculados" encontra-se líquido das prestações de contas aprovadas dos projetos. A aplicação possui as seguintes características:

Produto financeiro	Taxa		Vencimento		Index	2021	2020
	média a.a.	(em anos)	(em anos)	5 anos			
Certificado de Depósito Bancário	98%				CDI	415.146.407	417.613.869
Total						415.146.407	417.613.869

A análise de sensibilidade e gestão de riscos desses ativos está evidenciada na Nota Explicativa nº 4. Todas as aplicações financeiras da EMBRAPPII são efetuadas junto ao Banco do Brasil, lastreadas em CDI e que possuem vencimentos contratuais de 5 anos. Apesar de as aplicações possuírem vencimentos de % anos, os recursos depositados em Caixas e Equivalentes de Caixa e Caixa Restrito possuem a finalidade de atender compromissos de curto prazo. **6 Adiantamentos a outras entidades e terceiros**

Descrição	2021	2020
Adiantamentos de folha de pagamento	510.528	423.205
Adiantamento a fornecedores	304.100	263
Depósitos em garantia (i)	215.000	-
Total	1.029.628	423.468

(i) Os depósitos em garantia são obrigações legais exigidas pelo SEBRAE na assinatura dos contratos. **7 Imobilizado**

Custo	2020		2021		Taxa a.a. %
	Saldo	Aquisições	Saldo	Aquisições	
Computadores e periféricos	910.900	410.039	1.320.939	10%	
Máquinas e equipamentos	147.337	81.908	229.245	20%	
Móveis e utensílios	608.808	-	608.808	20%	
Subtotal	1.667.045	491.947	2.158.992		

Depreciação	2020		2021		Taxa a.a. %
	Saldo	Adições	Saldo	Adições	
Computadores e periféricos	(511.170)	(157.498)	(668.668)	10%	
Máquinas e equipamentos	(91.318)	(24.384)	(115.702)	20%	
Móveis e utensílios	(209.997)	(60.828)	(270.825)	20%	
Subtotal	(812.485)	(242.710)	(1.055.195)		

Imobilizado líquido	2020		2021		Taxa a.a. %
	Saldo	Aquisições	Saldo	Aquisições	
Computadores e periféricos	399.730	252.541	652.271	10%	
Máquinas e equipamentos	56.019	57.524	113.543	20%	
Móveis e utensílios	398.811	(60.828)	337.983	20%	
Total líquido	854.560	249.237	1.103.797		

Custo	Saldo 31/12/2019		Saldo final em 31/12/2020		Taxa anual %
	Saldo	Aquisições	Saldo	Aquisições	
Computadores e periféricos	651.255	259.645	910.900	10%	
Máquinas e equipamentos	147.337	-	147.337	20%	
Móveis e utensílios	525.287	83.521	608.808	20%	
Total	1.323.879	343.166	1.667.045		

Depreciação	31/12/2019		31/12/2020		Taxa anual %
	Saldo	Adições	Saldo	Adições	
Computadores e periféricos	(386.721)	(124.449)	(511.170)	10%	
Máquinas e equipamentos	(66.251)	(25.067)	(91.318)	20%	
Móveis e utensílios	(156.499)	(53.498)	(209.997)	20%	
Total	(609.471)	(203.014)	(812.485)		

Imobilizado líquido	31/12/2019		31/12/2020		Taxa Anual %
	Saldo	Aquisições	Saldo	Aquisições	
Computadores e periféricos	264.534	135.196	399.730	10%	
Máquinas e equipamentos	81.086	(25.067)	56.019	20%	
Móveis e utensílios	368.788	30.023	398.811	20%	
Total líquido	714.408	140.152	854.560		

O ativo imobilizado da EMBRAPPII, em 31 de dezembro de 2021, está representado exclusivamente para execução das atividades administrativas, e as depreciações desses ativos são calculadas pelo método linear por meio de taxas que refletem a vida útil e econômica dos bens. **8 Subvenções a realizar**

Descrição	2021		2020	
	Saldo	Aquisições	Saldo	Aquisições
Subvenções a realizar - Contrato de gestão (a)	348.780.286	401.534.345		
Subvenções a realizar - SEBRAE (b)	24.996.803	8.546.497		
Subvenções a realizar - Cont. PPI/IoT (c)	8.425.050	8.850.973		
Subvenções a realizar - Bambu (d)	3.278.808	3.172.335		
Subvenções a realizar - Rota 2030 (e)	126.409.181	78.868.181		
Subvenções a realizar - BNDES 2030 (f)	8.244.157	-		
Prestações de contas em análise (g)	274.278.156	179.167.971		
Adiantamentos a outras entidades (h)	(374.935.887)	(268.039.275)		
Total	419.476.553	412.101.027		

a. Contrato de gestão Refere-se ao contrato de gestão celebrado entre a União, por intermédio do MCTI e a EMBRAPPII com a finalidade de destinar recursos financeiros a projetos de inovação no Brasil. Abaixo apresentamos a movimentação do referido contrato de gestão:

Descrição	2020		Mov. Líquida		2021
	Saldo	Aquisições	Saldo	Aquisições	
Subvenções contrato de gestão	709.053.818	270.355.535	(222.513.813)	(47.841.722)	756.895.540
Subvenções aplicadas nos projetos	(307.519.473)	(102.657.692)	1.653.067	(101.004.625)	(408.524.098)
Total	401.534.345	(167.697.843)	(220.860.746)	(53.162.903)	348.371.442

Subvenções contrato de gestão	2019		2020	
	Saldo	Aquisições	Saldo	Aquisições
Subvenções contrato de gestão	510.589.759	(99.518.852)	297.982.911	198.464.059
Subvenções aplicadas nos projetos	(193.857.192)	(113.770.888)	108.607	(113.662.281)
Total	316.732.567	(213.289.740)	298.091.518	84.801.778

b. SEBRAE Trata-se do contrato de cooperação firmado entre a EMBRAPPII e o SEBRAE, que possui como objetivo a prestação de serviços para fomento a projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação tecnológica que atendam às demandas de Microempreendedores Individuais (MEI), microempresas e empresas de pequeno porte, da cadeia industrial em parcerias com Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação. Em 31 de dezembro de 2021, as subvenções do SEBRAE perfaziam o montante de R\$ 49.102.562 (R\$ 27.737.805 em 2020) e foi aplicado em projetos o montante de R\$ 24.105.759 (R\$ 19.191.308 em 2020), com saldo remanescente de R\$ 24.996.803 (R\$ 8.546.497 em 2020). **c. PPI/IoT** Refere-se ao Acordo de Cooperação Técnica firmado entre a EMBRAPPII e a Secretaria de Empreendedorismo e Inovação - SEMPI do MCTIC. O referido acordo tem por objeto a execução do Programa de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação da Informação e Comunicação - TICs, com especial prioridade para soluções de PPI/IoT e Manufatura 4.0 e todas as tecnologias correlatas. O saldo das subvenções a realizar em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 8.425.050 (R\$ 8.850.972 em 2020). **d. Bambu** Possui como finalidade ações de promoções de projetos de PD&I na cadeia de Bambu a ser implementadas por meio do modelo da EMBRAPPII, formalizado no 12º termo aditivo ao Contrato de Gestão. O saldo das subvenções a realizar em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 3.278.808, e em 31 de dezembro de 2020 perfaziam o valor de R\$ 3.172.355. **e. Rota 2030** O presente Acordo de Cooperação Técnica (ACORDO) tem por objeto a coordenação do programa prioritário "P&D para Mobilidade e Logística", cujo detalhamento é o constante do Termo de Referência apresentado e aprovado pelo Conselho Gestor dos recursos a ser alocados em projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação e programas prioritários de apoio ao desenvolvimento industrial e tecnológico para o setor Automotivo e sua cadeia de produção. O saldo das subvenções a realizar em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 126.409.181 e em 31 de dezembro de 2020 perfaziam o valor de R\$ 78.868.181. **f. BNDES** Refere-se ao contrato firmado entre a Entidade e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico com finalidade de promover projetos de PD&I para combate, tratamento e diagnóstico do Coronavírus (COVID-19). O saldo das subvenções a realizar em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 8.244.157. No final do exercício de 2021 foi firmado um novo contrato, no valor de R\$ 170 milhões, junto ao BNDES para fomento de projetos nas seguintes áreas: i. Transformação Digital e Indústria 4.0 (Soluções digitais para Agro, Saúde, Cidades e Indústria); ii. Transformação Digital e Indústria 4.0 (Sistemas e Componentes para Conectividade); iii. Defesa; iv. Economia Circular v. Materiais Avançados; vi. Biocombustíveis; vii. Florestas Nativas Bioeconomia; e, viii. Tecnologias Estratégicas do SUS **g. Prestações de contas em análises** Referem-se às prestações de contas recebidas de outras entidades e ainda não analisadas por parte da EMBRAPPII. Abaixo, apresentamos a composição sumarizada:

Descrição	2021	2020
Contrato de gestão	258.713.520	167.989.944
SEBRAE	15.402.720	11.178.027
BNDES	161.915	-
Total	274.278.156	179.167.971

Descrição	2020	2019
Contrato de gestão	167.989.944	75.029.278
SEBRAE	11.178.027	6.210.808
Total	179.167.971	81.240.086

Abaixo, apresentamos a movimentação sumarizada dos adiantamentos a outras entidades:

Descrição	2020		Mov. Líquida		2021
	Saldo	Adições	Saldo	Adições	
Contrato de Gestão	235.083.278	89.457.505	(12.237.598)	77.219.907	312.303.185
SEBRAE	18.024.688	11.506.368	(1.165.323)	10.341.045	28.365.733
PPI/IoT	5.295.327	2.962.357	(59.556,13)	2.902.801	8.198.128
Rota 2030	9.228.743	14.108.361	(442.687,99)	13.665.673	22.894.416
Bambu	407.239	100.225	-	100.225	507.464
BNDES	-	2.964.776	(364.690,09)	2.600.086	2.600.086
Ministério da saúde (MS)	-	66.875	-	66.875	66.875
Total	268.039.275	121.166.467	(14.269.855)	106.896.612	374.935.887

Descrição	2019		Mov. Líquida		2020
	Saldo	Adições	Saldo	Adições	
Contrato de gestão	174.380.729	82.463.421	(21.760.872)	60.702.549	235.083.278
SEBRAE	15.084.524	4.628.953	(1.688.789)	2.940.164	18.024.688
PPI/IoT	788.132	4.507.195	-	4.507.195	5.295.327
Rota 2030	-	9.228.120	(377)	9.228.743	9.228.743
Bambu	-	407.239	-	407.239	407.239
Total	190.253.385	101.235.928	(23.450.038)	77.785.890	268.039.275

9 Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2021	2020
Salários e ordenados	415.621	348.878
Outros	82.205	73.105
Total	497.826	421.983

10 Provisões trabalhistas

Descrição	2021	2020
Provisão de férias	889.742	773.672
Provisão FGTS férias	65.984	57.630
Provisão INSS férias	210.325	185.518
Provisão PIS férias	8.897	7.726
Total	1.174.949	1.024.546

11 Obrigações tributárias

Descrição	2021	2020
Imposto de renda retido na fonte sobre folha de pagamento	328.556	281.527
Previdência social	146.311	147.968
Programa de integração social sobre folha de pagamento	11.416	7.671
Imposto de renda sobre fornecedores e consultores	4.199	3.885
PIS/COFINS de fornecedores	3.282	1.025
ISSQN de fornecedores	1.802	3.583
Instituto Nacional do Seguro Social sobre fornecedores	-	837
Total	495.567	446.496

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Acerca das demonstrações, registros e relatórios contábeis da EMBRAPPII do Exercício de 2021 O Conselho Fiscal da Associação Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial - EMBRAPPII, à luz dos documentos contábeis e financeiros da Associação de 2021, concluiu, pela regularidade dos registros contábeis apresentados, não tendo sido encontrado nada que possa comprometer a saúde financeira da entidade. Dessa maneira, o Conselho Fiscal recomenda a aprovação das contas pelo Conselho de Administração da Associação. Brasília, 25 de fevereiro de 2022.

ANDERSON LOZI DA ROCHA
Presidente do Conselho Fiscal

ALEXANDRE AUGUSTO VILLAIN DA SILVA
Conselheiro

JULIANA VALESQUES DE MELO OYAMA
Conselheira

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos conselheiros e aos administradores da Associação Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial - EMBRAPPII

Opinião Examinamos as demonstrações contábeis da Associação Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial - EMBRAPPII, "Entidade", que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial - EMBRAPPII em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Associação Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial - EMBRAPPII, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo

com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção

de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com a Entidade a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Brasília - DF, 21 de fevereiro de 2022. **KPMG Auditores Independentes Ltda.** - CRC SP-014428/O-6 F-DF; **Gustavo de Souza Mathiesen** - Contador CRCSP-293539/O-8

12 Provisões tributárias Com o advento do Decreto nº 8.426 de abril de 2015, a EMBRAPPII, por meio da sua diretoria colegiada e departamento jurídico, solicitou parecer a consultoria externa referente à adesão da COFINS sobre rendimentos de aplicação financeira. A consultoria jurídica externa exarou, em janeiro de 2018, parecer recomendando o provisionamento contábil. A Diretoria com o apoio do departamento jurídico e parecer emitido pela consultoria jurídica externa determinou a provisão da COFINS. Desde o exercício de 2018, a provisão para a COFINS com valores retroativos ao exercício de 2015 (início da vigência do Decreto nº 8.426), mantendo-a corrigida, por juros de mora e correção monetária, que totaliza, em 2021 o montante de R\$ 5.119.714 (R\$ 4.568.857 em 2020). Em 2019 foi editada a Instrução Normativa nº 1.911, de outubro de 2019, na qual ficou assente que os valores referentes à recursos governamentais não estão sujeitos à referida contribuição, conforme consta nos textos dos arts. 28, inciso II, e 33. Porém, os valores oriundos das receitas financeiras ainda estão em curso e pendentes de regulamentações específicas. Portanto, a EMBRAPPII continua com o entendimento e recomendação de manter provisionado a COFINS. **13 Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas** Não há processos judiciais, no exercício de 2021 e 2020 transitando em desfavor da EMBRAPPII, dessa forma não há provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas constituídos. **14 Partes relacionadas Remuneração do pessoal-chave**